

INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (IST'S) E SEXUALIDADE: COMO ABORDAR EM CONSULTÓRIO - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Recebido em: 29/05/2023

Aceito em: 30/06/2023

DOI: 10.25110/arqsaude.v27i6.2023-068

Maycon Jorge Brandolim¹
Caroline Vintiguera Pancera²
Fernanda Kayumi Yoshimura³
Thaynara Knopik Dechechi⁴
Rosiley Berton Pacheco⁵

RESUMO: A Ética e a Bioética são princípios básicos que fundamentam o trabalho dos profissionais da saúde, considerados de extrema importância frente à dilemas encarados por essa equipe durante a abordagem da sexualidade e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's). O evento teve como intuito abordar o direcionamento de uma relação de confiança com o paciente e o profissional de saúde, deixando-o confortável e seguro ao compartilhar informações pessoais e confidenciais. Dado o exposto, este relato tem por objetivo descrever as experiências do presente evento e destacar a importância da ética, bioética e sigilo médico para o exercício da profissão. **RELATO:** A atividade "IST's e Sexualidade: Como abordar em consultório" foi idealizada durante uma reunião do Eixo de Direitos Sexuais e Reprodutivos, e realizada com a colaboração de 8 (oito) coordenadores. As inscrições foram realizadas através de um formulário Google, amplamente divulgado nas mídias sociais: Instagram e WhatsApp. O evento foi realizado no dia 5 de maio de 2022, de forma presencial na Universidade Paranaense (UNIPAR), Umuarama - PR. Foram conduzidas duas palestras, a primeira por uma médica ginecologista e a segunda por uma psicóloga. **DISCUSSÃO:** O público foi extremamente receptivo com o evento, demonstrando grande satisfação com a forma de abordagem utilizada pelas palestrantes, além da fala clara e bastante didática a respeito de como se deve abordar esse tema frente ao paciente e qual o comportamento mais adequado para o profissional da saúde. **CONCLUSÃO:** Os pacientes, muitas vezes, já fragilizados e com receio do estigma buscaram o acolhimento e apoio dos profissionais da saúde. O evento proporcionou esse direcionamento e orientação da abordagem das IST's e sexualidade em consultório. Portanto, o assunto faz-se de extrema relevância e destaca a necessidade de capacitação desses profissionais por meio da promoção de demais atividades que compreendam a saúde sexual.

PALAVRAS-CHAVE: Infecções Sexualmente Transmissíveis; IST's; Sexualidade; Ética.

¹ Graduando em Medicina. Universidade Paranaense (UNIPAR) - Campus Umuarama.

E-mail: m.brandolim@edu.unipar.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6304-1788>

² Graduanda em Medicina. Universidade Paranaense (UNIPAR) - Campus Umuarama.

E-mail: caroline.pancera@edu.unipar.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0948-0421>

³ Graduanda em Medicina. Universidade Paranaense (UNIPAR) - Campus Umuarama.

E-mail: fernanda.y@edu.unipar.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8828-3401>

⁴ Graduanda em Medicina. Universidade Paranaense (UNIPAR) - Campus Umuarama.

E-mail: thaynara.knopik.dechechi.tkd@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3173-6286>

⁵ Doutora em Ciências Biológicas. Universidade Paranaense (UNIPAR) - Campus Umuarama.

E-mail: rosiley@prof.unipar.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2518-6396>

SEXUALLY TRANSMITTED INFECTIONS (STI) AND SEXUALITY: HOW TO APPROACH IT IN THE OFFICE - EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT: Ethics and Bioethics are basic principles that underlie the work of health professionals, considered extremely important in face of the dilemmas faced by this team during the approach to sexuality and Sexually Transmitted Infections (STIs). The event aimed to address the direction of a relationship of trust with the patient and the health professional, making them comfortable and safe when sharing personal and confidential information. Given the above, this report aims to describe the experiences of this event and highlight the importance of ethics, bioethics, and medical confidentiality for the exercise of the profession. **REPORT:** The activity "STIs and Sexuality: How to approach it in the doctor's office" was conceived during a meeting of the Sexual and Reproductive Rights Axis, and carried out with the collaboration of 8 (eight) coordinators. The registrations were made through a Google form, widely publicized on social media: Instagram and WhatsApp. The event was held on May 5, 2022, in person at the Universidade Paranaense (UNIPAR), Umuarama - PR. Two lectures were conducted, the first by a gynecologist and the second by a psychologist. **DISCUSSION:** The audience was extremely receptive to the event, showing great satisfaction with the approach used by the lecturers, besides the clear and very didactic speech on how this theme should be approached in front of the patient and what is the most appropriate behavior for the health professional. **CONCLUSION:** Patients, many times already weakened and afraid of the stigma, seek the welcoming and support from health professionals. The event provided this direction and orientation on how to approach STIs and sexuality in the doctor's office. Therefore, the subject is extremely relevant and highlights the need for training of these professionals through the promotion of other activities that understand sexual health. **KEYWORDS:** Sexually Transmitted Infections; STIs; Sexuality; Ethics.

INFECCIONES DE TRANSMISIÓN SEXUAL (ITS) Y SEXUALIDAD: CÓMO ABORDAR EN EL CONSULTORIO - RELATO DE EXPERIENCIA

RESUMEN: Ética y Bioética son principios básicos que fundamentan el trabajo de los profesionales de salud, considerados de extrema importancia frente a los dilemas enfrentados por este equipo durante el abordaje de la sexualidad y de las Infecciones de Transmisión Sexual (ITS). El evento tuvo como objetivo abordar la dirección de una relación de confianza con el paciente y el profesional de la salud, haciéndolo sentir cómodo y seguro al compartir información personal y confidencial. Teniendo en cuenta lo anterior, este informe tiene como objetivo describir las experiencias de este evento y resaltar la importancia de la ética, la bioética y la confidencialidad médica para el ejercicio de la profesión. **INFORME:** La actividad "ITS y Sexualidad: Cómo abordarla en el consultorio médico" fue idealizada durante una reunión del Eje de Derechos Sexuales y Reproductivos, y realizada con la colaboración de 8 (ocho) coordinadores. Las inscripciones se realizaron a través de un formulario de Google, ampliamente difundido en las redes sociales: Instagram y WhatsApp. El evento se realizó el 5 de mayo de 2022, de forma presencial en la Universidad Paranaense (UNIPAR), Umuarama - PR. Se realizaron dos conferencias, la primera por un ginecólogo y la segunda por un psicólogo. **DISCUSIÓN:** El público fue extremadamente receptivo al evento, mostrando gran satisfacción con el abordaje utilizado por los conferencistas, además del discurso claro y muy didáctico sobre cómo este tema debe ser abordado delante del paciente y cuál es el comportamiento más adecuado para el profesional de salud. **CONCLUSIÓN:** Los pacientes, muchas veces ya debilitados y con miedo al estigma, buscan la acogida y el

apoyo de los profesionales de salud. El evento proporcionó esta orientación y guía sobre el abordaje de las ITS y la sexualidad en el consultorio médico. Por lo tanto, el tema es extremadamente relevante y pone de relieve la necesidad de formación de estos profesionales a través de la promoción de otras actividades que entienden la salud sexual. **PALABRAS CLAVE:** Infecciones de Transmisión Sexual; ITS; Sexualidad; Ética.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), diariamente mais de um milhão de pessoas contrai uma IST, na maioria dos casos, as infecções são assintomáticas ou apresentam sintomas que não são reconhecidos como os de uma infecção sexualmente transmissível (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2019). Em pleno século XXI, diante de tantos avanços tecnológicos que permitem interferir nas diversas particularidades do ser humano, em um mundo onde o impossível está em extinção e a interpretação das normas sociais torna-se mais flexível, distinguir o que é bom do que é mau e definir limites éticos nas ações das pessoas é cada vez mais complexo (CORTES, 2005). Além de tudo, Goold e Afifi (2018), destacam que a ética e bioética são importantes para ajudar os profissionais de saúde a navegar em situações complexas e identificar soluções que levem em consideração os valores dos pacientes, bem como a equidade, justiça e respeito pelos direitos humanos, enfatizam que a ética e bioética devem ser integradas à prática clínica e que os profissionais de saúde devem ser treinados e capacitados para lidar com questões éticas e morais em sua prática diária. Dessa forma, a Bioética pode ser válida no auxílio à resolução dos dilemas oriundos do meio profissional no âmbito das infecções sexualmente transmissíveis (IST's). Na área da saúde, o desenvolvimento científico amplia o conjunto de informações que viabilizam o atendimento ao usuário dos serviços. Dentre essas informações, encontram-se as de caráter sigiloso que, embora sejam de propriedade exclusiva do paciente, devem ser fornecidas aos profissionais a fim de que o atendimento seja efetivo. Nesse contexto, as novas tecnologias aumentam ainda mais o risco do uso indevido dessas informações (DIAS, 2015; FRANCISCONI e GOLDIM, 1998). Outrossim, Caine et al. (2019), discutem como as tecnologias de saúde digital, como aplicativos de saúde, dispositivos de monitoramento e registros eletrônicos de saúde, podem expor os pacientes a riscos adicionais de violação de privacidade e segurança de dados. Primeiramente, serão expostos os princípios da Bioética, os quais são construídos visando orientar o posicionamento ético dos profissionais. Diante dessas situações conflituosas que

envolvem as IST's, como pode o médico manter condutas éticas? Sob que circunstâncias deve-se preservar o sigilo profissional, e o que pode ou não ser dito sem caracterizar violação de sigilo? Em que circunstâncias a confidencialidade deve ser violada? Quais os limites do dever da preservação da confidencialidade? Será que Rosenthale Scheffer estão certos ao afirmar que não haverá ética enquanto persistir o preconceito? (SCHEFFER e ROSENTHAL, 2006). Além disso, Clayton, et al. (2016), exploram os limites da confidencialidade e destacam a importância de equilibrar a proteção da privacidade dos pacientes com a obrigação de proteger a saúde pública e evitar danos a terceiros. Eles argumentam que a quebra da confidencialidade deve ser considerada apenas em situações em que há um risco substancial de danos a terceiros e que a decisão de quebrar a confidencialidade deve ser tomada com cuidado e em consulta com o paciente, sempre que possível. Além disso, eles enfatizam a importância de reconhecer e enfrentar o preconceito e a discriminação na prática médica, para garantir que os pacientes sejam tratados com igualdade e respeito. Na prática profissional, os profissionais da saúde muitas vezes se deparam com o conflito entre o dever de manter a confidencialidade e o dever de proteger terceiros de danos causados pela conduta do paciente (GOSTIN et al., 2017). Embora a confidencialidade seja fundamental para a confiança e para a relação de cuidado entre o profissional e o paciente, existem situações em que a quebra do sigilo pode ser justificada. No entanto, é importante que a decisão de quebrar o sigilo seja tomada com muito cuidado e após uma reflexão cuidadosa sobre as implicações éticas, legais e profissionais envolvidas. Os profissionais precisam ser treinados em habilidades de comunicação e abordagem ética para abordar esse assunto com sensibilidade e respeito aos direitos do paciente.

A tomada de decisão em situações de conflito ético no exercício da profissão não pode depender exclusivamente do referencial dos códigos de ética. Embora esses códigos possam fornecer orientação útil, muitas vezes não conseguem lidar com a complexidade e sutileza dos dilemas éticos enfrentados pelos profissionais em suas práticas cotidianas (BEAUCHAMP e CHILDRESS, 2019). Na tomada de decisões em situações de conflito ético que envolvem valores morais distintos, é fundamental promover a colaboração e o diálogo entre os profissionais envolvidos e as partes interessadas relevantes (SILVA et al., 2021). Ao incluir as perspectivas e preocupações de todas as partes envolvidas, as decisões tomadas têm maior probabilidade de serem justas e razoáveis. Além disso, a colaboração e o diálogo podem ajudar a construir confiança e a promover o respeito

mútuo, fatores que são essenciais para um ambiente de trabalho ético e saudável. Portanto, é importante que os profissionais desenvolvam habilidades de comunicação e trabalho em equipe para poderem colaborar efetivamente em situações de conflito ético que envolvem valores morais distintos.

Pode-se originar um impasse dessa ordem, no que diz respeito às infecções sexualmente transmissíveis, ao dever do profissional de comunicar o diagnóstico de seu paciente a parceiros (as), quando se trata de terceiros que estão envolvidos de forma direta, podendo estar potencialmente com a saúde sob risco. Segundo Carvalho (2003), existem quatro pontos de possíveis dificuldades bioéticas, na área de interação com as IST's, sendo eles o sigilo com relação ao portador de uma IST's; a informação ao paciente de como adquiriu a patologia; a informação e convocação de parceiros (as); e a informação de possíveis complicações associadas às IST's. O que se nota é uma escassez de estudos sobre a conexão entre IST's e questões éticas. Atualmente, o que mais se aproxima, é o conhecimento sobre a bioética e suas implicações nos casos de infecção pelo HIV (LEVI; BARROS, 1998). A epidemia implementou novas questões em saúde, tendo a revelação de diagnóstico ocasionando polêmica nesses últimos anos. Ademais, Grady (2020), destaca que, apesar dos avanços no tratamento do HIV, questões éticas ainda persistem, incluindo a confidencialidade e privacidade do diagnóstico, a discriminação e estigma enfrentados pelos pacientes e as disparidades no acesso ao tratamento. Os autores enfatizam que os profissionais de saúde devem estar cientes dessas questões éticas e trabalhar em conjunto com os pacientes para abordá-las de forma apropriada e sensível.

Sobre as considerações no campo da ética clínica no contexto da AIDS, Levi e Barros (1998) declaram que determinados pacientes se recusam a contar para seus parceiros (as) sexuais sua condição sorológica, assim como não fazem utilização de preservativo. Eles afirmam também que nesses quadros, o profissional que acompanha o caso poderá revelar o diagnóstico de seu paciente a parceiros (as), desde que tenha usado de todos os meios de persuasão para que o próprio paciente aja corretamente. Ainda, Baggaley et al. (2019), discutem a questão do diagnóstico e da confidencialidade no contexto da epidemia de HIV, destacando a importância de considerar a autonomia dos pacientes, a confidencialidade e a privacidade do diagnóstico, bem como a necessidade de proteger os parceiros sexuais. Os autores também enfatizam a importância de abordagens multidisciplinares para abordar essas questões éticas, incluindo o

envolvimento de profissionais de saúde, organizações comunitárias e ativistas. Diante disso, o projeto foi idealizado a partir da interlocução entre essa reflexão teórica e as situações práticas de atendimento.

2. RELATO

O evento foi idealizado durante uma reunião do Eixo de Direitos Sexuais e Reprodutivos, onde foi vista uma necessidade de organizar uma ação relacionada ao tema. Assim, foi decidido o dia, o horário e os palestrantes. Foi convidada a Dra. Marcela Chivari Frederico, médica formada pela PUC - Campinas especializada em ginecologia e obstetrícia, e a psicóloga Bárbara Cossetin Costa Beber Brun, graduada pela Universidade Paranaense - UNIPAR Dr^a e especialista em Adolescência pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. Para atingir o maior número possível de interessados no assunto, a arte e as informações sobre o evento foram divulgadas nas redes sociais (Instagram e WhatsApp) associada a elementos visuais que chamassem a atenção do público. A inscrição para o evento foi realizada por meio de um formulário, também disponibilizado nas redes sociais. O público alvo foi estudantes da área da saúde. Foram registradas 133 inscrições, porém 63 participantes preencheram o formulário de presença final.

O evento ocorreu no dia 05 de maio de 2022, das 20h00min às 22h00min, na Universidade Paranaense - UNIPAR. O primeiro tema abordado foi sobre IST's pela Dr^a. Marcela, onde a mesma discorreu sobre as IST's mais comuns, aspectos clínicos, e de que maneira o médico deve abordar o paciente e conduzir o caso. A segunda palestra foi ministrada pela psicóloga Bárbara, onde foi discutido sobre a diversidade de gênero e sexualidade. As palestras tiveram cerca de 60 minutos de duração cada, sendo acrescentado 10 minutos para retirada das possíveis dúvidas dos ouvintes.

O impacto do evento foi avaliado por meio do formulário de inscrição, e pelo formulário de presença final. Foi possível quantificar a contribuição do evento no aprimoramento do conhecimento sobre o tema, por meio de perguntas nos dois formulários. As respostas estavam na escala de 0 a 10, onde zero significa "não tenho nenhum conhecimento" e 10 "compreendo e domino o tema". Além disso, no formulário final, havia um campo para que os participantes pudessem assinar o quanto o evento agregou para o seu conhecimento.

2. DISCUSSÃO

A atividade “IST’s e Sexualidade: Como abordar em consultório” foi realizada objetivando abordar o tema no que diz respeito à sexualidade e às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST’s), destacando a essencialidade da ética, da bioética e do sigilo médico para o exercício da profissão. Ademais, quais as condutas a serem adotadas em meio à dilemas provindos do meio profissional no campo das infecções sexualmente transmissíveis (IST’s) foram debatidas no decorrer do evento.

Em relação aos resultados obtidos através do formulário ao final do evento, pode-se verificar que o evento foi muito relevante para a prática profissional, tanto em orientações sobre como abordar determinadas situações, tanto com o paciente, quanto com seus parceiros (as) e acompanhantes, além da parte psicológica abordada, orientando sobre como agir em certas ocasiões frente aos dilemas e questões que podem interferir na vida pessoal do profissional. No formulário, a maior parte dos participantes foram da turma T5 (28,6%), seguidos de T3 (22,2%), T4 (19%), T2 (15,9%) E T1 (14,3%). 98,4% responderam que gostaram da maneira como o evento foi realizado. Dos 63 respondentes, 62 (98,4%) afirmaram que o evento foi relevante grau 5 e 1 (1,6%) afirmou que o evento foi relevante grau 4, em uma escala de 0 a 5, em que 0 significa que o evento não foi relevante para o conhecimento do tema e 5 o máximo de relevância. Já, seguindo a mesma escala de 0 a 5, agora com a pergunta sobre o quanto os participantes gostaram do evento, 59 (93,7%) deles responderam como sendo 5 e 4 (6,3%) como sendo 4.

A ética foi caracterizada por Adolfo Sanches Vasques como uma busca de justificativas visando analisar a adequação ou não das ações praticadas pelos seres humanos. Já Joaquim Clotet explicou que a ética objetiva tornar mais fácil a realização dos indivíduos; também afirmando que os indivíduos chegam a realizar-se a si próprio com pessoa. Ainda, Robert Veatch, por sua vez, compreende a ética como a realização de uma reflexão disciplinada das intuições morais e das escolhas morais que os seres humanos fazem (GOLDIM, 2006).

Para Azambuja e Garrafa (2015), os princípios fundamentais da bioética, descritos por Beauchamp e Childress, os quais são universalmente reconhecidos, consistem em: Beneficência; Não Maleficência; Autonomia; Justiça. O princípio da Beneficência corresponde à obrigação de prevenir ou atenuar o dano, fazer o bem ou então conceder benefícios, dever de auxiliar as outras pessoas acima dos interesses pessoais, baseando-se no maior benefício possível para o paciente e devendo procurar o bem-estar do

paciente. O princípio da Não Maleficência tem como base agir de forma a não prejudicar o paciente, sendo a formulação oposta, negativa, ao da Beneficência. Os preceitos morais são não matar, não induzir o sofrimento, não privar do prazer ou incapacidade evitável, não provocar dor. Devendo ser realizado uma avaliação dos riscos e benefícios para a situação antes de decidir por algo, principalmente na área da saúde, bem como evitar prolongar desnecessariamente o processo de morte, a distanásia, respeitando a integridade psicológica e física da vida. O princípio da Autonomia é aquele em que cada indivíduo é autodeterminado para decidir por suas próprias decisões conforme as razões para tal, conduzindo sua vida com base em seus interesses, desejos e crenças. Já no princípio da Justiça, esta é definida, segundo muitos gregos e filósofos, como o elemento essencial da sociedade, considerando ser algo justo quando a existência não altera a ordem a que faz parte, em que cada objeto está em seu lugar. No momento em que isso não ocorre e um objeto está no lugar de outro ou então quando existe um excesso, resulta em uma injustiça. Já a justiça se faz valer ao restabelecer a ordem original, quando esse excesso consegue ser corrigido e punido. O equilíbrio na troca entre dois ou mais indivíduos da sociedade é destacado nos aspectos sociais da justiça (FERRO; RODRÍGUEZ; RODRÍGUEZ G.; 2009). Os princípios da Bioética são construídos no intuito de proporcionar orientações aos profissionais sobre como se posicionar de forma ética.

O sigilo médico e a confidencialidade é extremamente importante na relação médico-paciente, como abordado durante as palestras, especialmente quando se trata de sexualidade e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), tanto para conversar com o paciente, explicar sobre a patologia, sobre suas características e ainda no caso dos parceiros (as) e das possíveis dúvidas que podem surgir no que tange ao assunto.

O segredo médico abrange as confidências contadas ao profissional, as que são notadas durante o tratamento, ademais as contadas aos médicos, mesmo o paciente não tendo a intenção de expor. O segredo compreende tudo que é relatado e se torna conhecimento do profissional, quando este está exercendo sua profissão. O sigilo profissional, o qual participa dos valores éticos, assim como das determinações legais que devem ser seguidas pelos profissionais de saúde, sendo dever inerente para o desenvolvimento da profissão médica, caracterizando sua violação como uma infração de caráter ético, civil e penal. No entanto, a violação é aceita em determinadas situações específicas, mas, na relação médico-paciente, os valores éticos e morais, como o segredo médico, precisam necessariamente continuar intocáveis. Assim, torna-se fundamental que

o médico compreenda sua função e as normas legais que deve fornecer esclarecimentos (DOS SANTOS et al., 2012). O Código de Ética Médica de 2018, traz importantes atualizações, como a ampliação das responsabilidades do médico em relação à segurança do paciente, o direito à objeção de consciência em casos específicos e a proibição do uso de redes sociais para divulgação de imagens de pacientes sem autorização. Por fim, Sadala e Marques 38 afirmam que os profissionais de saúde devem utilizar os melhores conhecimentos científicos no cuidado à PVHA, sem perder a perspectiva de que estão tratando de seres humanos que estão sofrendo em razão de sua condição de saúde e requerem cuidado singular – e, por que não, afetuoso?

Bernal, Álvarez e Santos 31 partem do princípio de que o sigilo profissional não é um valor absoluto para a Associação Médica Americana (AMA). Sendo o médico responsável por prevenir a disseminação de doenças contagiosas, a associação postula a relativa confidencialidade desde que se mantenha a obrigação ética de reconhecer o direito à discrição e à privacidade.

Além disso, conforme apresentado na palestra, a forma de se comunicar pode ser variadas vezes constrangedora para a maioria das pessoas, por isso, deve-se conversar com os pacientes, e em determinados casos com seus parceiros (as), de uma maneira em que esse constrangimento não ocorra, de forma profissional, bioética. Kuhn (1962) nos ensina que a ruptura de paradigmas, crenças e mitos acontece sempre nas bordas do conhecimento, ou seja, nos seus limites. Apesar das forças dos padrões instituídos e da resistência à mudança provocada por elas, é só a partir das rupturas que a experiência pode ser ressignificada e recriada, possibilitando a reinvenção e o progresso da clínica.

Situações de vulnerabilidades em relação às IST's podem ser ocasionadas por não haver explicações sobre métodos seguros de vivenciar a sexualidade, resultando em práticas inseguras. Alguns fatores, como começo precoce da vida sexual, inexistência de conversas entre os pares e familiares, acabam por elevar a vulnerabilidade às IST's, reforçando que precisa-se da inserção de prática de dispositivos, formas educativas, visando diminuir as consequências negativas (DE CASTRO JÚNIOR, et al., 2023).

Acontece um distanciamento entre os jovens e os esclarecimentos que podem contribuir para a segurança de atividades sexuais quando há dificuldade de dialogar com familiares, profissionais de saúde e educadores. Pode-se notar um afastamento desses assuntos, acarretando em prejuízos sobre a compreensão do próprio corpo, relações

amorosas, orientações sexuais, formas de prevenção, assim como elaboração de autorresponsabilidade pela saúde (DE CASTRO JÚNIOR, et al., 2023).

A incorporação dos assuntos sobre educação sexual em escolas propicia a propagação de conhecimentos sobre práticas sexuais seguras e saudáveis, em especial pelo motivo de haver grande influência nas escolhas e comportamentos de adolescentes, o que quando colocado em prática reduz os riscos de adquirir IST's e gravidez. A sexualidade é persuadida pelos valores e crenças tanto sociais, quanto familiares, transcendendo o biológico e abrangendo as esferas social e psicológica. Assim, família, escola e profissionais de saúde confluem para uma rede social de apoio aos jovens, objetivando disseminar informações certas. Aparência física, gênero e cor não influenciam na rede de transmissão de IST's (RIOS, et al., 2023).

De acordo com a Fundação Oswaldo Cruz (2018), todos têm o direito a ter acesso a informações seguras e de qualidade, bem como a fazer escolhas reprodutivas, tendo à disposição formas e métodos para alcançar os objetivos desejados. Dessa forma, os adolescentes possuem como direito, participar do planejamento familiar ou reprodutivo, considerando a demanda de orientação sobre seus direitos reprodutivos e sexuais, sexualidade, métodos contraceptivos, prevenção de IST's, com vistas a promover saúde, atenuando agravos e riscos (RIOS, et al., 2023).

Baseando-se nos estudos detalhados anteriormente na discussão, pode-se demonstrar a importância desse evento, o qual pode compartilhar conhecimentos que auxiliam os profissionais na abordagem dos pacientes, parceiros(as), acompanhantes, bem como de questões relacionadas à sexualidade e às Infecções Sexualmente Transmissíveis.

3. CONCLUSÃO

Contudo, é de suma importância construir informações e atualizar os conhecimentos em relação ao tema, visando promover a educação dos profissionais e também possibilitar espaço de discussão e de trocas de conhecimentos com pais ou responsáveis legais, afim de contribuir e melhorar as funções educativas e de apoio ao desenvolvimento de jovens em relação a IST's e sexualidade.

Portanto, a discussão a respeito do tema, propiciou o conhecimento necessário para a formação com o evento “IST's e Sexualidade: Como abordar em consultório”, tendo palestrantes muito bem preparadas e dispostas a transmitirem informações e

conhecimentos para o público alvo interessado em aprender sobre esse tema tão relevante, assim, as informações obtidas sobre IST's e sexualidade podem ser utilizadas para desenvolver políticas de saúde pública mais eficazes. Contudo, pode ter a redução do estigma em torno das IST's, com uma compreensão mais aprofundada e sua relação com a sexualidade. Além disso, a palestra conscientizou os participantes sobre a importância e benefícios de como abordar as IST's, e como discutir a respeito da diversidade de gênero e sexualidade com o paciente.

CONFLITO DE INTERESSE

Não há conflito de interesse.

FINANCIAMENTO

Não houve financiamento do estudo ou do evento.

REFERÊNCIAS

Azambuja LEO de, Garrafa V. A teoria da moralidade comum na obra de Beauchamp e Childress. Rev. bioét. (Impr.). 2015; 23 (3): 634-44. Disponível <https://www.scielo.br/j/bioet/a/w4QYvb3kfmcmkQxHdgHJN8K/?format=pdf>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE/ ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. Infecções Sexualmente Transmissíveis. OMS/OPAS, 2019

Cortes BA. Ética é limite. Trab Educ Saúde [Internet]. 2005 [acesso 17 maio 2022];3(1):31-49. Disponível: <https://bit.ly/2WXISyR>

Dias OV, Gomes LMX, Barbosa TLA, Souza LPS, Rocha ALF, Costa SM. Segredo profissional e sua importância na prática de enfermeiros e odontólogos. Rev. bioét. (Impr.) [Internet]. 2013 [acesso 17 maio 2022];21(3):448-54. Disponível: <https://bit.ly/2BpYbXe>

Francisconi CF, Goldim JR. Aspectos bioéticos da confidencialidade e privacidade. In: Costa SIF, Oselka G, Garrafa V, coordenadores. Iniciação à bioética. Brasília: CFM; 1998. p. 269-84.

Carvalho NS. Bioética e Doenças Sexualmente Transmissíveis - Carta ao Editor. J bras Doenças Sex Transm. 2003; 15(2): 57-61. 2. Clotet J Bioética – uma aproximação. Porto Alegre: EDIPUCRS; 2003

Clotet J Bioética: O que é isso? Jornal do Conselho Federal de Medicina 1997; 77: 8-9

Levi GC, Barros AOL. Ética clínica: a AIDS como paradigma. In: Costa SIF, Oselka G, Garrafa V. Iniciação à Bioética. Brasília: Conselho Federal de Medicina; 1998. p. 37-51

KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas. Lisboa: Guerra & Paz, 1962

Goldim JR. BIOÉTICA: ORIGENS E COMPLEXIDADE. Clin Biomed Res [Internet]. 5 de fevereiro de 2020 [citado em 13 de maio de 2022];26(2). Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/hcpa/article/view/100251>

Ferro María, Molina Rodríguez Luzcarín, Rodríguez G William A. Bioética e seus princípios. Registro odontológico. veneza [Internet]. Junho de 2009 [citado em 13 de maio de 2022] ; 47(2): 481-487. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0001-63652009000200029&lng=es.

Oliveira dos Santos M, Silva A, Lucena D, Oliveira dos Santos T, Oliveira dos Santos A, Teles N. LIMITES DO SEGREDO MÉDICO: UMA QUESTÃO ÉTICA. RCSNE [Internet]. 15dez.2012 [citado 14maio2022];10(2):91 -01. Disponível em: <http://revistanovaesperanca.com.br/index.php/revistane/article/view/413>

Scheffer M, Rosenthal C. Aids e ética. In: Segre M. A questão ética e a saúde humana. São Paulo:

Atheneu; 2006. p. 105-22. p. 108. <https://www.seer.ufrgs.br/hcpa/article/view/100251>
GOLDIM, 2006.

http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0001-63652009000200029 Dra. María Ferro., Dra. Luzcarín Molina Rodríguez., Mcs. Pbro. William A. Rodríguez G. 2009 <http://revistanovaesperanca.com.br/index.php/revistane/article/view/413> DOS SANTOS et al., 2012.

Clayton, E. W., Halpern-Felsher, B. L., & Braddock, C. H. (2016). Os desafios do estabelecimento de fronteiras na prática clínica: uma exploração qualitativa. *Revista de medicina interna geral*, 31(2), 261-266.

Caine, K., Hanania, R., & Luger, T. M. (2019). Abordar a privacidade e a segurança na inovação em saúde digital: um quadro para a proteção de dados. *Medicina digital*, 2(1), 27-35.

Goold, S. D., & Afifi, R. A. (2018). Bioética na prática clínica: uma visão geral. *Jornal Ochsner*, 18(3), 210-215.

Grady, C., Tindana, P., Haire, B., Ndebele, P., Singh, J. A., & Kass, N. (2020). Ética da pesquisa sobre HIV e ciência da implementação em ambientes com menos recursos. *The Lancet HIV*, 7(7), e484-e491.

Baggaley, R. F., Irvine, C. M., Leber, W., Cambiano, V., Figueroa, J., McMahan, V. M., ... & Granich, R. M. (2019). Sistemas de saúde, tratamento do HIV e considerações éticas. *The Lancet HIV*, 6(4), e236-e245.

DE CASTRO JÚNIOR, André Ribeiro, et al. Enfermeiro e Juventudes: Diálogo na Prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, 27(5), 2023. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/saude/article/view/9778>

RIOS, Mônica Oliveira, et al. O Programa Saúde na Escola como Ferramenta para a Construção da Educação Sexual na Adolescência: Um Relato de Experiência. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, 27(5), 2023. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/saude/article/view/9800>